



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures in blue ink)*

**ATA N.º 03/2026**

**MINUTA DA ATA DA 03.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2026,  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Ao vigésimo segundo dia do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas e cinco minutos reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em 03.ª Sessão Extraordinária de 2026, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, António Boa-Nova e Deolinda Martins como 1.º e 2.ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (Grelha P.A.O.D. – B) -----

II - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 – - Proposta de Aprovação da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa de 2026 (Grelha – C); -----

PONTO 2 – Proposta de Retificação do Ponto 4 da Autorização Prévia Genérica Concedida pela Assembleia Municipal à Câmara Municipal de Odivelas para a Assunção de Compromissos Plurianuais no Mandato 2025/2029 (Grelha P.O.D – C); -----

PONTO 3 – Designação de quatro cidadãos(ãs) eleitores(as) para intervir na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odivelas (Grelha P.O.D – B); -----

PONTO 4 – Proposta de Aprovação do Projeto Definitivo do Regulamento Geral de Atribuição e Utilização de Habitações, em Regime de Arrendamento Apoiado, do Município de Odivelas (Grelha P.O.D – C); -----

PONTO 5 – Proposta de Cessação da Qualidade de Associado, do Município de Odivelas, relativamente à Associação Portuguesa de Habitação Municipal, à União das Cidades Capitais



Assembleia Municipal de Odivelas

de Língua Portuguesa e à CD-ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (Grelha P.O.D – C); -----

PONTO 6 – Proposta de Aprovação do Relatório de Ponderação de Participação Pública e das Normas Provisórias do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Odivelas (Grelha P.O.D – C); -----

PONTO 7 – Proposta de Aprovação de Projeto Definitivo do Regulamento de Funcionamento e Gestão da Reserva Arqueológica do Município de Odivelas (Grelha P.O.D – C); -----

PONTO 8 - Proposta de Aprovação do Projeto Definitivo do Regulamento de Utilização e Funcionamento do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas (Grelha P.O.D – C);-----

PONTO 9 – Aprovação da Ata da Assembleia Municipal, N.º 02 (01.ª Sessão Extraordinária) do Quadriénio 2025-2029 (Grelha P.O.D – B).-----

*De forma a assegurar o acesso do público às sessões da AMO, além da presença em sala no dia da reunião, será disponibilizado o endereço eletrónico da AMO (assembleia.municipal@cm-odivelas.pt), para inscrição e participação deste (mediante envio de intervenção escrita ou envio de ficheiro de imagem/vídeo com intervenção não superior a 5 minutos). -----*

*Para visualização da Sessão da Assembleia Municipal, é disponibilizado o link de youtube <https://www.youtube.com/channel/UCf3sftkzpP0noFvvGX3eUXw>-----*

**Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições:** -----

Na bancada do **CH** o Membro da Assembleia Municipal, **Teresa Leonardo**, pelo Membro **Paula Fernandes**; -----

Na bancada do **PS** o Membro da Assembleia Municipal, **Jorge Nunes**, pelo Membro **João Tomás**; ---

Na bancada da **CDU** o Membro da Assembleia Municipal, **Marta Lourinho**, pelo Membro **Fernando Ambrioso**; -----

Na bancada da **IL** o Membro da Assembleia Municipal, **David Pinheiro**, pelo Membro **Diana Costa**; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Distribuída a folha de presenças, verificou-se a presença dos **36** Membros da Assembleia Municipal.--

Tendo-se registado a ausência do membro **Fernanda Fitas** da bancada do **PPD/PSD**, tendo sido a sua falta justificada. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu posse aos membros **Diana Costa** , **Paula Fernandes** e **João Tomás** das bancadas da **IL**, do **CH** e do **PS**.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, presencialmente pelo **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Hugo Martins**, os(as) Srs.(as). Vereadores(as) **Nuno Gaudêncio**, **Susana Santos**, **Rogério Breia**, **Francisco Baptista**, pela bancada do **PS**, **Rui Teixeira**, **Ana Isabel Gomes** pela bancada do **PPD/PSD** e **Fernando Pedroso**, **Duarte Vieira** pela bancada do **CH**.-----

Havendo quórum, a **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu início à Reunião.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.---

Pela bancada do **CH**, foi apresentada uma **Recomendação** sobre "**Recomenda à Câmara Municipal de Odivelas o levantamento e divulgação de dados relativos à disponibilização de refeições halal nas escolas do concelho, bem como o fim desta disponibilização**" (documento n.º 1), que será transcrito em ata.-----

*"Odivelas foi notícia, em fevereiro de 2022, por se tornar no primeiro concelho do país a disponibilizar refeições halal nas escolas. Por entre todas as questões que se levantam, de âmbito cultural, importa reforçar uma outra temática: os custos.-----*

*Como é sabido, a larga maioria dos municípios não consome refeições halal, bem como a larga maioria dos estudantes nas escolas não consomem as refeições referidas. Por este facto, a disponibilização destas refeições constitui um mero capricho cultural, que custa dinheiro público, e que exige respostas e clareza.-----*

*O CHEGA demonstrou desde início a sua total oposição à disponibilização de refeições halal nas escolas, por serem uma tentativa clara de submissão cultural, mas também por representarem um*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*aumento de custos, desnecessários, e criarem desigualdades face a outras dietas, que consistem em reais problemas de saúde, e não apenas em opções culturais, que inclusivamente assentam num abate bárbaro de animais. -----*

*Como é natural, a existência de pedidos de refeição “especial” origina um aumento do custo em refeições, não por necessidade e melhoria (como seria melhorar a qualidade das refeições comuns), mas sim de custo mais elevado destas refeições halal, face às refeições comuns. -----*

*Da mesma forma, alunos com certas intolerâncias alimentares não veem garantidas refeições adaptadas nas escolas, sendo excluídos, por impossibilidade de consumo de certos alimentos, por razões de saúde e não de opção cultural. Aliás, pela lógica, se são disponibilizadas refeições halal, deveriam também ser disponibilizadas, por exemplo, refeições kosher, caso contrário estamos perante discriminação entre culturas minoritárias. -----*

*Pelas razões mencionadas, não faz sentido o continuar desta disponibilização, devendo ser considerado o seu término, assente, no entanto, nos factos e números, solicitados. -----*

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Odivelas recomenda à Câmara Municipal:-----*

- Fazer um levantamento do número mensal de refeições halal solicitadas e distribuídas pelas escolas do concelho; -----*
- Divulgar o custo por unidade de cada refeição halal pago às empresas fornecedoras, bem como a comparação de custo com as refeições comuns; -----*
- Proceda à clarificação de qualquer tipo de custo imputado ao município na formação dada pelas empresas fornecedoras aos funcionários das referidas empresas, que necessitaram de formação para confeção das ditas refeições halal;-----*
- Fazer um levantamento de todas as intolerâncias alimentares dos estudantes do município, bem como da sua inclusão ou não nas opções das cantinas escolares; -----*
- Considere a extinção desta disponibilização, por aumento de custos e desigualdade perante alunos.” -----*

*Pela bancada do CH, foi apresentada uma **Recomendação** sobre “**Construção de Abrigos em Paragens de Transportes Rodoviários no Concelho de Odivelas**” (documento n.º 2), que será transcrito em ata. -----*

*“O concelho de Odivelas é atualmente servido por cerca de 21 linhas da Carris Metropolitana, para além do serviço local Voltas, assegurando diariamente a mobilidade de milhares de munícipes.----- De acordo com dados oficiais da Carris Metropolitana, apenas nos últimos 15 dias, as linhas que servem o concelho de Odivelas foram utilizadas por cerca de 430 mil passageiros. Falamos de trabalhadores no seu percurso diário para o emprego, alunos no acesso às escolas, idosos, e*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

*cidadãos que dependem do transporte público para a realização dos seus assuntos pessoais e familiares.-----*

*Em média, cada linha apresenta entre 29 a 30 paragens por trajeto. Contudo, ao longo destes percursos, é evidente e preocupante a escassez de abrigos nas paragens de autocarro. Em várias linhas, as paragens cobertas reduzem-se a uma ou duas unidades em todo o trajeto, sendo que a maioria das paragens se resume apenas a um poste com a identificação das linhas que ali param.*

*Esta realidade torna-se particularmente grave em períodos de inverno rigoroso, mas também durante os meses de verão, com temperaturas elevadas e exposição prolongada ao sol. É constrangedor — e chega mesmo a roçar o desumano — assistir diariamente a homens, mulheres, crianças, mães com filhos ao colo e idosos, completamente expostos à chuva intensa, ao frio ou ao calor abrasador, sem qualquer possibilidade de proteção, enquanto aguardam, muitas vezes, o único meio de transporte que lhes é assegurado.-----*

*Num concelho com um número tão elevado de utilizadores de transportes públicos, esta situação não é compatível com padrões mínimos de dignidade, segurança e conforto, nem com a promoção da mobilidade sustentável que tanto se apregoa.-----*

*Porque promover o transporte público não é apenas falar de mobilidade — é respeitar quem dele depende todos os dias.-----*

*Face ao exposto, recomenda-se que a Câmara Municipal de Odivelas:-----*

*•Proceda à instalação e reforço de abrigos cobertos nas paragens de transportes rodoviários, de forma consistente;-----*

*•Priorize as paragens com maior afluência e aquelas onde atualmente não existe qualquer tipo de proteção;-----*

*•Assegure que estas infraestruturas garantem proteção eficaz contra a chuva, o frio e o calor extremo.*

*Assim, propõe-se que esta Assembleia Municipal delibere no sentido de recomendar e instar o Executivo Municipal a tomar as medidas necessárias para corrigir esta situação, devolvendo dignidade aos utilizadores dos transportes públicos no concelho de Odivelas.”-----*

*Pela bancada do CH, foi apresentada uma **Recomendação** sobre “**Reforço da Segurança Rodoviária e da Acessibilidade no Concelho de Odivelas**” (documento n.º 3), que será transcrito em ata.-----*

*“Por um concelho de Odivelas mais seguro, acessível e inclusivo, protegendo todos os peões, em especial os mais vulneráveis, e melhorando a qualidade de vida dos munícipes, consideramos que:*

*•A segurança dos peões e a acessibilidade no espaço público são direitos fundamentais e responsabilidades do município;-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten initials in blue ink, possibly 'A', 'C', and 'D'.

- O concelho apresenta zonas com tráfego intenso e elevado risco de atropelamento. -----
  - Crianças, idosos e pessoas com mobilidade reduzida são particularmente vulneráveis. -----
  - Existem soluções eficazes e acessíveis que aumentam a segurança rodoviária e a inclusão urbana, como passadeiras inteligentes e medidas de acalmia de tráfego. -----
- Face ao exposto, consideramos que, a Assembleia Municipal de Odivelas deve recomendar à Câmara Municipal de Odivelas que: -----
- Identifique, através de parecer técnico, zonas de risco no concelho, nomeadamente junto a escolas e equipamentos educativos, unidades de saúde, avenidas e vias principais, igrejas, estações de metropolitano e outros transportes públicos. -----
  - Implemente passadeiras inteligentes nas zonas identificadas como prioritárias, reforçando a visibilidade e a segurança dos peões. -----
  - Aplique medidas de acalmia e autoproteção rodoviária, especialmente em locais de maior risco, designadamente, lombas reductoras de velocidade e passadeiras elevadas, pavimentos antiderrapantes, sobretudo em zonas de declive acentuado. -----
  - Reforce a sinalização horizontal e vertical. -----
  - Reforce a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, através de, rebaixamento adequado de passeios e eliminação de barreiras arquitetónicas, pavimento tátil de orientação e alerta para pessoas com deficiência visual, tempos de atravessamento ajustados em passadeiras semaforizadas. -----
  - Promova ações de sensibilização rodoviária, dirigidas à população e aos condutores.”-----

-----

**Ricardo Reis**, pela bancada do **CH**, proferiu uma intervenção para defender que a disponibilização de ementas por motivos culturais representa um encargo acrescido e injustificado. Questionou a falta de médicos de família no concelho, e inquiriu o Executivo Municipal sobre eventuais estratégias municipais para a fixação de profissionais. Solicitou ainda esclarecimentos acerca das medidas preventivas para evitar inundações, recordando ocorrências anteriores. -----

-----

**Leila Sales**, pela bancada do **PS**, foi apresentada declaração de voto que será transcrita em ata. -----

-----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----  
Senhor Presidente da Câmara, -----  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----  
Minhas Senhoras e Meus Senhores, -----

A bancada do Partido Socialista, atenta às dificuldades e necessidades emergentes no setor da saúde, vem manifestar a sua preocupação acerca do estado atual do setor da saúde e da



Assembleia Municipal de Odivelas

*salvaguarda do direito a cuidados de saúde acessíveis e de qualidade com a garantia de um Serviço Nacional de Saúde (SNS) universal e forte que dê resposta às necessidades de cuidados de saúde da população ao longo de todo o ciclo vital. -----*

*Importa termos presente que o SNS é sem dúvida uma das maiores conquistas da nossa democracia. Representa um compromisso coletivo com a dignidade humana, a coesão social e a garantia do direito constitucional à proteção da saúde para todos, independentemente da sua condição económica ou social. Uma conquista que, infelizmente, atravessa hoje um momento de grande fragilidade, com respostas limitadas às necessidades reais das populações, fruto de uma total desorganização e desinvestimento, e está sob ameaça de opções políticas erradas que têm como objetivo final a privatização e o término do SNS no modelo que conhecemos. -----*

*O SNS não é um acaso da História. Nasceu de uma visão clara de justiça social, de igualdade e de solidariedade. Desde a sua fundação, foi o Partido Socialista quem assumiu, sem ambiguidades, a defesa de um sistema público, universal e tendencialmente gratuito, colocando a saúde como um direito fundamental e não como um privilégio reservado a quem pode pagar. Acabar com este modelo e apostar num sistema privatizado é recuar décadas na garantia do acesso universal à saúde, aprofundando desigualdades e colocando o direito à vida dependente da capacidade económica e de literacia de cada cidadão. É ignorar deliberadamente os nossos indicadores de saúde que nos devem orgulhar e que colocam Portugal entre os países mais avançados, é apagar décadas de investimento público e é desrespeitar milhares de profissionais de saúde que, desde a sua criação, dedicaram as suas vidas à construção de um sistema reconhecido internacionalmente como um pilar de justiça social, equidade e coesão nacional. -----*

*Nos últimos tempos, têm-se agravado as dificuldades que afetam o normal funcionamento do SNS, nomeadamente a escassez de profissionais de saúde e a sua desvalorização, a pressão crescente sobre os serviços de urgência, cortes cegos no financiamento, encerramento de serviços, falta de respostas assistenciais, partos em ambulâncias e uma visão ideológica que empurra os cidadãos, que podem, para o setor privado enfraquecendo estruturalmente o sistema público de saúde. Essas decisões políticas não são neutras, têm consequências concretas na vida das pessoas, com listas de espera mais longas, dificuldades no acesso a cuidados, mortes não expectáveis e um sentimento crescente de insegurança entre cidadãos e profissionais. -----*

*Mas também não são inocentes, pois o objetivo é claro, por vezes encapotado num discurso de suposto progresso e modernização, acabar com o SNS e passar para a privatização do setor da saúde é o grande objetivo. -----*

*Hoje estamos já infelizmente a colher os resultados dessas más decisões. Um SNS pressionado, com falta de recursos humanos, dificuldades de resposta em momentos críticos e profissionais exaustos que, apesar de tudo, continuam a ser o maior pilar do sistema. A estes profissionais devemos*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials in blue ink)*

*respeito, reconhecimento e políticas que criem condições dignas para exercerem a sua missão. É precisamente por reconhecer estes problemas que o Partido Socialista está atento e vigilante e continuará empenhado na defesa intransigente do SNS. Defender o SNS não é ignorar as suas fragilidades, é enfrentá-las com investimento, planeamento e visão de longo prazo. É reforçar os cuidados de saúde primários, é valorizar carreiras, é melhorar a gestão e garantir que o serviço público é a espinha dorsal do sistema de saúde em Portugal.*-----

*Senhoras e Senhores Deputados,* -----

*A saúde não pode ser um campo de experimentação ideológica nem uma oportunidade de negócio à custa do interesse público. O SNS é um património coletivo, construído com coragem política e sustentado por valores que nos definem enquanto sociedade.*-----

*O Partido Socialista reafirma que a defesa do SNS exige uma aposta clara, contínua e estratégica no reforço dos recursos humanos, na valorização das carreiras dos profissionais de saúde, na modernização das infraestruturas e na melhoria da gestão e organização dos serviços. A resposta aos desafios atuais não pode passar pela desresponsabilização do Estado nem pela transferência encapotada de funções essenciais para o setor privado, mas sim pelo fortalecimento do serviço público.*-----

*O Partido Socialista continuará, como sempre fez desde a fundação do SNS, a estar do lado dos cidadãos, dos profissionais de saúde e do direito constitucional à saúde.*-----

*Porque defender o SNS é defender a dignidade, a igualdade e o futuro do nosso país.*-----  
*Disse."*-----

**Ricardo Reis**, pela bancada do **CH**, fez um pedido de esclarecimento à intervenção do membro **Leila Sales** da bancada do **PS**, começando por afirmar que concorda com as críticas dirigidas à atual gestão governativa da saúde, no entanto questionou a coerência da posição do PS, perguntando quais as razões que levaram à demissão da então Ministra da Saúde, e se tal não decorreu de falhas graves no setor. -----

**Leila Sales**, pela bancada do **PS**, respondeu ao pedido de esclarecimento afirmando que a demissão da Ministra da Saúde não esteve relacionada com a morte de uma grávida, mas sim com a assunção de responsabilidade política. Destacou que no período da pandemia, Portugal foi apontado como exemplo internacional pela estratégia, planeamento e organização da resposta na área da saúde. Referiu ainda que, nesse período, foi aprovado um Orçamento do Estado com reforço significativo do investimento na saúde, cuja execução foi condicionada pelo contexto pandémico, defendendo o legado deixado pelo anterior Executivo e contrapondo-o à atual tutela da Saúde. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelas 18h20m registou-se a entrada do membro **Sandra Pereira** da bancada do **PPD/PSD**. -----

-----  
**Sandra Pereira**, pela bancada do **PPD/PSD**, proferiu uma intervenção onde referiu não pretender comentar a declaração política do PS nem defender a Ministra da Saúde, mas questionou se o PS é contra a contratualização de serviços de saúde com entidades privadas e, em concreto qual a sua posição relativamente a uma eventual passagem do Hospital Beatriz Ângelo para modelo de parceria público-privada. -----

-----  
**Luis Santos**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção na qual questionou o Executivo Municipal sobre a nova Administração do Metropolitano de Lisboa relativamente à Linha Circular. Abordou ainda a questão dos abrigos nas paragens de transportes públicos, solicitando esclarecimentos sobre a eventual urbanização do antigo terreno da rodoviária e a instalação de abrigo na Rua Major Caldas Xavier e informou que a bancada votaria contra a recomendação apresentada.--

-----  
**Rui Francisco**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção na qual considerou que tanto o PS como o PSD têm responsabilidades no estado atual do SNS. Anunciou o voto favorável da CDU às recomendações 2 e 3, e voto contra a recomendação 1. Relativamente à Linha Circular questionou o Presidente da Câmara sobre desenvolvimentos na resposta à tutela.-----

-----  
**João Carvalho**, pela bancada do **PPD/PSD**, proferiu uma intervenção acerca da Linha Circular e da Linha Amarela nomeadamente se permitirá a circulação regular ou apenas manobras técnicas. Relativamente à proposta do CH sobre refeições escolares, questionou se a lógica apresentada implicaria a exclusão de diversos alimentos de origem cultural diversa, alertando para a natureza dinâmica e histórica da construção cultural. -----

-----  
**Ricardo Reis**, pela bancada do **CH**, proferiu uma intervenção onde questionou a posição do PSD face a declarações anteriores de líderes do partido sobre integração cultural e defendendo que não devem ser atribuídos privilégios diferenciados a culturas minoritárias em detrimento da cultura vigente.

-----  
**Cândido Costa**, pela bancada do **PS**, proferiu uma declaração política, que seguidamente se transcreve: -----

-----  
*“As eleições presidenciais que decorreram no passado domingo constituíram, antes de mais, uma clara afirmação da vitalidade da nossa democracia. Num cenário marcado por um elevado número de candidaturas, os portugueses participaram ativamente e exprimiram, de forma livre, as suas diferentes*



Assembleia Municipal de Odivelas

visões para o país, tendo-se registado a mais baixa taxa de abstenção neste tipo de eleições desde 2006.-----

A consequente dispersão de votos reflete uma sociedade exigente, atenta e interventiva, que procurou e continuará a procurar através do voto, dar resposta às suas expectativas e preocupações. A democracia vive, precisamente, dessa liberdade de escolha e da possibilidade de a exercer mesmo num contexto de multiplicidade de ideias e de ideais.-----

António José Seguro apresentou-se como candidato ao mais alto cargo da magistratura da nação. Ao longo das semanas e nas diferentes sondagens, valham elas o que valerem, a intenção de voto na sua candidatura foi crescendo de forma consistente. A confiança que a sua candidatura transmite resulta claramente de fatores pessoais como o seu carácter e sentido ético, o seu humanismo, o seu sentido de responsabilidade e a sua moderação, mesmo em contextos onde outros optaram por percorrer caminhos distintos. Foi esse percurso que levou António José Seguro a afirmar-se como o candidato mais votado nesta primeira volta.-----

No próximo dia 8 de fevereiro, os portugueses são novamente chamados às urnas. E talvez não seja errado afirmar que voltaremos a registar uma taxa de abstenção ao nível da verificada na primeira volta, ou até mais baixa.-----

Os dois candidatos que se apresentam a votos na segunda volta não poderiam ser mais diferentes. Contudo, esta não é uma simples escolha entre esquerda e direita, nem, como alguns pretendem reduzir, entre socialismo e não socialismo.-----

A verdadeira questão que se coloca aos portugueses é outra: que país queremos ser e que valores queremos afirmar enquanto sociedade, enquanto nação? É a essa pergunta que responderemos no próximo dia 8 de fevereiro.-----

O Partido Socialista não tem vergonha da sua identidade nem da sua matriz ideológica de centro-esquerda, assente nos valores da social-democracia, do progressismo, do pensamento keynesiano e do compromisso europeu. Uma matriz que coloca a pessoa humana no centro da ação política e que acredita na responsabilidade mútua entre o cidadão e o Estado.-----

Defendemos valores que assentam na solidariedade, na tolerância, na igualdade social e económica e no desenvolvimento, entendendo que só uma sociedade coesa e justa é capaz de garantir liberdade, progresso e dignidade para todos.-----

É com base nestas premissas, e por reconhecer que António José Seguro é possuidor dessas virtudes e comunga dos mesmos ideais, que o Partido Socialista apoia a candidatura de António José Seguro a Presidente da República Portuguesa.-----

Disse."-----

-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

*“Senhor Presidente, muito boa tarde, cumprimento o Senhor Presidente, os restantes Membros da Mesa, todas e todos os Eleitos na Assembleia Municipal, todas e todos os Vereadores que me acompanham no Executivo Municipal, todas e todos os trabalhadores do Município, público presente e aqueles que nos acompanham através da transmissão online. -----*

*Quero responder com frontalidade ao senhor Eleito Ricardo Reis. Não lhe posso responder a essa pergunta, porque o Presidente da Câmara não esteve presente nessa visita, quem esteve presente foi o militante do Partido Socialista Hugo Martins. -----*

*Se eu entrasse nesse debate... já cá estive, muitas vezes, o líder do seu Partido e estiveram muitas outras pessoas. Por isso, quem esteve foi um militante do Partido Socialista. Porque o António José Seguro e o André Ventura representam são candidaturas suprapartidárias e não houve nenhum convite ao Executivo. Mas recordo que aquela obra foi uma obra do Primeiro-Ministro António Costa e da Ministra Marta Temido. Que fique escrito. -----*

*Em segundo lugar, quero dizer que as Juntas de freguesia e o Município de Odivelas têm vindo a implementar, no âmbito da tempestade Ingrid, algumas medidas de mitigação, de prevenção e de cuidados para as ocorrências que possam vir a ocorrer, passo a redundância. -----*

*Em terceiro lugar, porque quero ser muito pragmático, eu não ouvi a pergunta da Rua Major Caldas Xavier, efetuado pelo Eleito do Bloco de Esquerda, mas depois podemos voltar a esta questão. -----*

*Relativamente à Linha Circular, eu trouxe o dossier. Uma coisa é o que se diz, outra coisa são os factos. Desde 2019 que foi garantido, aqui, neste auditório dos Paços do Concelho, pelo senhor Ministro, da altura, João Pedro Matos Fernandes, que a Linha não seria encurtada e que haveria a partilha de Linha. Fomos avançando, temos entrevistas (até do senhor Presidente Carlos Moedas, com quem estive hoje na reunião do Conselho Metropolitano), fazendo as exigências e também do Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, Ricardo Mexia. -----*

*Tivemos, na Câmara Municipal de Odivelas, movimentos de cidadãos pelo não encurtamento da Linha Circular. Mais tarde tivemos o senhor Ministro Duarte Cordeiro a garantir, com todas as letras, e quero ler um excerto “a circulação na Linha Circular pode passar pelo funcionamento habitualmente designado pela expressão em Laço ou em combinação destes tipos de funcionamento”. Ou seja, Circular ou em Laço. -----*

*Quero recordar que o senhor Primeiro-Ministro António Costa, em maio de 2023, no Parlamento, disse alto e bom tom: “Quem vem de Odivelas não terá de mudar de Linha para ir ao centro de Lisboa em hora de ponta. Confirma Costa”. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Destas informações todas que tenho, desde 2019, não tenho qualquer informação que não seja aquela que é conhecida. Também são conhecidas as posições públicas que a Câmara e eu tomámos. -----*

*Agora nesta fase, tendo o Governo já quase um ano e meio em funções, e estando a obra num período já de grande avanço, enviei ao senhor Ministro um ofício a 22 de novembro, o qual vos dei conhecimento e ainda não obtive resposta. -----*

*Entretanto, a comunicação social também tem pegado no assunto. Voltei a prestar declarações para a Agência Lusa sobre este tema, para saber se a tutela mantém aquilo que, desde 2019, estava previsto, acordado e era público ou se há alguma alteração. Não quero acreditar... -----*

*Até porquê? Porque o próprio Partido Social Democrata, na Assembleia da República, apresentou vários projetos de resolução, várias moções, na Assembleia Municipal de Odivelas, de Lisboa, etc..... O Projeto de Resolução é o número 84 15 1ª, deve ser Primeira Comissão, os deputados saberão.*

*Para que a Linha não se tornasse exclusivamente Circular era defendido entre a Câmara Municipal de Odivelas, a Câmara Municipal de Lisboa, a Junta de Freguesia do Lumiar, o Partido Socialista, o Partido Social Democrata... O Partido Socialista de Lisboa na Assembleia Municipal de Lisboa apresentou algumas moções nesse sentido. -----*

*Por isso, nada leva a pensar o contrário, mas ainda não tive nenhuma informação. A única reunião agendada é uma reunião para o final de fevereiro sobre a Linha Violeta, solicitada por mim e pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loures (ainda antes do final do ano) ao Gabinete do Senhor Ministro. Essa reunião já está agendada para o final do mês, não sei precisar o dia, 22 ou 23 de fevereiro. É pública a situação sobre o esclarecimento que prestei e todos sabem da auditoria que está a ser feita a questão da Linha Violeta. -----*

*A questão das refeições Halal nas nossas escolas, como existem vegetarianas e outras, peço à senhora Vereadora Susana Santos para dar uma resposta mais detalhada. -----*

*Muito obrigado, Senhor Presidente." -----*

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a cedência da palavra à Sra. Vereadora Susana Santos para esclarecimentos adicionais. -----**

*"Muito obrigada. Muito boa tarde a todas e a todos. Serei breve para poder responder a todos os pontos. O Chega trouxe a questão das refeições halal e esclareço que não é preciso fazer um requerimento. Posso informar que estamos a servir 280 refeições diárias, o que representa cerca de 5% das refeições servidas nas nossas escolas. O preço é igual para todas, quer para a opção geral, quer para as opções vegetarianas, por intolerância, por opção familiar ou por questões religiosas. Todas as necessidades são respeitadas, inclusivamente as questões de seletividade alimentar, muito*



Assembleia Municipal de Odivelas

*presentes em alunos com autismo. Que isto fique bem claro, temos toda a abertura também para refeições kosher, mas, até à data, não tivemos nenhum pedido. O respeito pela liberdade religiosa é um direito humano, não um capricho. -----*

*Quando implementamos políticas públicas, seguimos um caminho: identificamos o problema, definimos o objetivo e aplicamos as medidas. Neste caso, identificámos um problema de exclusão e de falta de integração de crianças muçulmanas nas nossas escolas, o que pode ser potenciador de conflitos e até de problemas de aprendizagem. Definimos o objetivo de ter todas as crianças sentadas à mesma mesa, independentemente da sua religião, e a nossa estratégia foi implementar as refeições halal numa lógica mais ampla de diálogo inter-religioso, projeto este que é reconhecido internacionalmente e pelo qual já recebemos prémios. -----*

*Quero também deixar uma questão clara. a nacionalidade maioritária das crianças que recebem refeições halal no nosso concelho é a portuguesa. Chamo a atenção para o facto de a nossa comunidade islâmica estar implementada no concelho desde os anos 70, são portugueses, empresários e trabalhadores que fazem parte do tecido social de Odivelas. Pergunto, portanto, ao Chega: em termos de política pública, qual é o problema concreto que identificou, que objetivo quer alcançar e qual a estratégia para isso? Não posso deixar de estranhar que o Chega esteja preocupado com 5% das refeições escolares quando temos problemas graves que não são trazidos aqui, como a falta de assistentes operacionais, a falta de apoios a alunos com necessidades específicas e a falta de professores. Esses, sim, são problemas concretos que afetam a escola. Muito obrigada." -----*

**Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

*"Eu não ouvi a pergunta, muito honestamente, está submetida uma proposta que se encontra em apreciação nos serviços urbanísticos. Mas é uma proposta que passará sempre pela aprovação dos órgãos municipais, mas está em apreciação." -----*

**Sandra Pereira**, pela bancada do **PPD/PSD**, fez um pedido de esclarecimento ao Executivo Municipal, questionando o ponto de situação relativo à linha circular do Metro. Referiu que sempre subsistiram dúvidas técnicas quanto à viabilidade da partilha da linha face ao avanço da obra. Recordou que foi apresentada uma moção em defesa da solução em laço, a qual foi rejeitada pelo PS. Mencionou ainda que o projeto de resolução aprovado na Assembleia da República defendia a suspensão imediata da obra, precisamente pelas dúvidas técnicas existentes. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

**Rui Francisco**, pela bancada da **CDU**, fez um pedido de esclarecimento ao Executivo Municipal, reiterando a questão sobre a disponibilidade da CMO e da AMO para assumirem formalmente uma posição política inequívoca contra a solução da linha circular, salvaguardando, pelo menos, a manutenção da ligação direta entre Odivelas e o Rato. Sublinhou a importância de afirmar, no plano político, a vontade da população do concelho, independentemente das decisões do Governo ou da administração do Metropolitano.-----

**Ricardo Reis**, pela bancada do **CH**, fez um pedido de esclarecimento ao Executivo Municipal acerca das refeições escolares, defendendo que se trata de uma percentagem muito reduzida de alunos. Abordou ainda a falta de professores e de médicos no concelho, criticando a atuação do PS nesta matéria e referindo a existência de propostas apresentadas pelo seu partido, designadamente no âmbito da fixação de docentes e profissionais de saúde através de políticas de habitação.-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para os esclarecimentos tidos por convenientes.-----

*“Muito obrigado, Senhor Presidente. Respondendo ao senhor Eleito Rui Francisco, a minha resposta foi dada. Eu dei o pontapé de saída e penso que na Câmara Municipal, e não estou a pôr em causa, quero deixar isto bem claro, o que disse a senhora Eleita Sandra Pereira, mas eu convidava-a a trazer essa votação e a justificação do Partido Socialista, porque às vezes não é o voto contra a Linha em Laço, era importante.-----*

*Mas esclareço porque é eu tenho o facto. O projeto de resolução não é o que diz, vou ler-lhe o que diz o projeto de resolução: Projeto de resolução número 84/15/1.<sup>a</sup>, onde constava, cito: “A Linha em Laço que não tem custos e por não cortar a ligação direta do centro à periferia, Odivelas e posteriormente Loures, melhora as alternativas de transporte público para os utilizadores que todos os dias entram em Lisboa de automóvel vindos do Norte de Lisboa e, dessa forma, reduzirá o número de carros que todos os dias entra em Lisboa, servindo muito melhor todos os que vivem e trabalham em Lisboa e o propósito deste transporte de passageiros”. Portanto, é o que diz este projeto de resolução.-----*

*Por isso, senhor Presidente, penso que não há dúvidas, todos estivemos sempre de acordo com este assunto, poderá ter havido algum episódio por alguma situação, e também o que foi dito pelo senhor Eleito Rui Francisco. Eu, Presidente da Câmara Municipal dei o pontapé de saída, escrevi ao senhor Ministro e prestei declarações à imprensa. Estou, não digo preocupado, mas estou atento e estou desperto para este tema como para a linha Violeta e é isso que as minhas funções assim exigem.*

*Relativamente àquilo que o senhor eleito Ricardo Reis referiu, penso que a resposta do senhor Eleito diz tudo. Ou seja, não tem uma estratégia, não tem uma visão, se as políticas públicas são redutoras*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

*não têm uma filosofia, portanto, o que vemos é o extremismo. O que temos é divisão, é um maniqueísmo e não temos políticas públicas para o todo. -----  
Porque muitas destas crianças são portuguesas nativas, são portuguesas de algumas décadas e que temos que respeitar também essa diversidade na sua pluralidade. Portanto, não há uma imposição assim como temos alguns com dietas vegetarianas entre outros. Estamos a falar de 5%. Agora as políticas públicas do Chega é que nós não conhecemos, porque realmente também são para algumas minorias.” -----*

Pela bancada do **PS** foi solicitado um intervalo. -----

Pelas 18h58m, foram interrompidos os trabalhos. -----

Pelas 19h16m, os trabalhos foram retomados. -----

**Ricardo Reis**, pela bancada do **CH**, propôs uma alteração ao documento nº 2. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foram colocados à votação os documentos supramencionados. -----

O documento n.º 1, **Recomendação** sobre “**Recomenda à Câmara Municipal de Odivelas o levantamento e divulgação de dados relativos à disponibilização de refeições halal nas escolas do concelho, bem como o fim desta disponibilização**”, foi colocado à votação tendo sido **Rejeitado**, com os votos a favor da bancada do **CH**, com os votos contra das bancadas do **PS**, do **PPD/PSD**, do **CDS/PP**, do **BE**, da **CDU** e com a **abstenção da bancada da IL**. -----

Os Membros da Assembleia Municipal **Rui Francisco**, **Luís Santos** e **Diana Costa**, das bancadas da **CDU**, do **BE**, do **PS** e da **IL**, respetivamente, informaram que enviarão as declarações de voto por escrito, que serão transcritas em ata. -----

**Rui Francisco** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten blue ink marks, including a large stylized signature and two smaller initials.

*“O fim da disponibilização das refeições halal nas escolas do nosso concelho representaria um retrocesso em matéria de políticas de integração e respeito pela cultura da comunidade islâmica que vive no nosso concelho. -----*

*A proposta apresentada pelo partido chega não é mais que a materialização da sua agenda política que procura fazer recair sobre as comunidades imigrantes a responsabilidade da situação económica e social do nosso país, procurando dar à opinião pública a perceção de que os recursos afetos e o dinheiro gasto com estas comunidades é dinheiro mal gasto. -----*

*A hipocrisia vai ao limite de nem sequer reconhecerem que grande parte dos alunos que consomem estas refeições nas nossas escolas são crianças nascidas em Portugal, com as suas famílias a residir há décadas do nosso concelho, concelho que escolheram para aqui educar os seus filhos, estudar e trabalhar. -----*

*Mais, como ficou claro no debate da assembleia municipal, estas refeições não fazem crescer os custos da câmara, quando comparadas com todas as outras refeições fornecidas. -----*

*A CDU opor-se-á a todas as manobras e propostas que não reconheçam o direito à preservação da sua cultura por parte de qualquer comunidade imigrante no nosso concelho e por isso de forma categórica o nosso voto contra.” -----*

**Luis Santos -----**

*“O documento que nos é apresentado pela extrema direita insere-se na sua estratégia discriminatório de determinados grupos de pessoas, fomentando ódios e divisões. Para o efeito, até levantam alegadas questões de custos e serviços supostamente não prestados a outras pessoas. -----*

*A questão das refeições halal servidas nas escolas já havia sido tema levantado pelo partido Chega e agora aparece em Odivelas. As respostas do executivo afirmando que o custo para o município das refeições é igual independentemente do regime alimentar e que o número de refeições halal distribuídas nas escolas do concelho representam cerca de 5% do total, foi perfeitamente esclarecedora quanto às dúvidas que alegadamente poderiam fundamentar a recomendação apresentada. Apesar disso, o proponente não alterou um milímetro a sua posição, deixando bem claras as motivações da apresentação deste documento. -----*

*Na primeira intervenção, o proponente disse claramente que apresentavam esta recomendação para a não distribuição de refeições halal nas escolas de Odivelas por motivos culturais, deixando bem evidente a xenofobia e o racismo que são o sustento ideológico da sua atuação. -----*

*O respeito pela liberdade religiosa e por práticas culturais distintas não é uma forma de submissão cultural, mas sim um sinal de maturidade, de dignidade e de igualdade de todas as pessoas e*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials in blue ink)*

*comunidades. A diversidade cultural não é um problema, como o CH nos quer fazer crer, mas sim uma oportunidade de desenvolvimento e de alargamento de horizontes. -----  
Num país como Portugal onde se cruzam influências tão diversas ao longo da história, existem propostas no sentido daquela que aqui votamos hoje é uma espécie de contradição epistemológica. Nem sempre de forma justa e respeitadora, mas aquilo que hoje muitos consideram poder ser chamado como características culturais portuguesas, são na verdade o resultado de muitas misturas de povos, hábitos e crenças diversas. -----  
No que toca a refeições escolares, o Bloco de Esquerda tem defendido sempre a necessidade da maior diversificação possível da oferta às e aos alunos do concelho, porque é também por aí que se educam as crianças e os jovens e pode mostrar-se-lhes que existem muitas possibilidades e todas elas merecem igual respeito dignidade e importância. Garantir essa diversidade a todas as pessoas que frequentam as escolas de Odivelas é uma obrigação do Serviço Público de Educação, respeitando sempre questões de saúde e diversidade cultural e religiosas de cada aluno/a. -----  
Face ao exposto e reafirmando o nosso compromisso com os Direitos Humanos, bem como a nossa total oposição a qualquer tentativa de discriminação e exclusão de pessoas ou comunidades em razão da sua crença religiosa, nacionalidade ou tom de pele, a bancada do Bloco de Esquerda votou contra o documento 1.”-----*

**Diana Costa** - -----

*“Na 3.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas a bancada da Iniciativa Liberal sinalizou a entrega de declarações de voto por escrito quanto ao documento n.º 1, apresentado pela bancada do Chega, que “recomenda à Câmara Municipal de Odivelas o levantamento e divulgação dos dados relativos à disponibilização de refeições halal nas escolas do concelho, bem como o fim desta disponibilização”, o que faz nos seguintes termos: -----  
A Iniciativa Liberal pauta a sua ação política pelo profundo respeito pela liberdade individual e pela convivência multicultural, não se opondo à integração de práticas de diferentes comunidades na esfera pública, desde que estas não colidam com direitos fundamentais. -----  
No entanto, a questão do consumo de carne halal levanta uma reserva ética incontornável para esta bancada: o bem-estar animal. Em Portugal, o abate ritual para fins religiosos é frequentemente efetuado sem o atordoamento prévio do animal, uma prática que, cientificamente, prolonga o sofrimento e a agonia no momento da morte. -----  
Referenciamos o exemplo dos países nórdicos, onde o atordoamento é obrigatório em todos os processos de abate, sem exceções, garantindo que a compaixão e o respeito pela vida animal*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signature and initials)*

prevaleçam sobre métodos ancestrais de sacrifício. A nossa abstenção assenta, portanto, nos seguintes pontos:-----

- *Oposição ao sofrimento animal prolongado: Defendemos que qualquer processo de abate em solo nacional deve seguir os mais rigorosos padrões de proteção animal. -----*
- *Neutralidade Cultural: O nosso voto não constitui uma oposição à cultura ----- muçulmana ou a qualquer outra, mas sim uma exigência de evolução nas práticas de abate. -----*
- *Ética Liberal: Ser liberal implica reconhecer que a liberdade de culto não deve desresponsabilizar o Estado e a sociedade civil de garantir padrões éticos mínimos no tratamento de seres sencientes. ---- Pelo exposto, por considerarmos que o debate deve focar-se na modernização das normas----- de abate e não na segregação de opções alimentares, a Iniciativa Liberal optou pela abstenção.” -----*

O documento n.º 2, **Recomendação** sobre “**Construção de Abrigos em Paragens de Transportes Rodoviários no Concelho de Odivelas**”, foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

Não se registaram declarações de voto.-----

O documento n.º 3, **Recomendação** sobre “**Reforço da Segurança Rodoviária e da Acessibilidade no Concelho de Odivelas**”, foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

O Membro da Assembleia Municipal **Carina Castanheira** da bancada do **PS**, informou que enviará a declaração de voto por escrito, que será transcrita em ata. -----

**Carina Castanheira** - -----

*“A Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente esta recomendação por entender que todas as ações de segurança rodoviária e acessibilidade são ações inacabadas e contínuas, portanto, concorda que se reforce recomendar à CM que mantenha as suas boas práticas nesta área. ----- Não obstante, gostaríamos de reforçar que o atual executivo já implementa as medidas sugeridas, entre elas, almofadas redutoras de velocidade, passadeiras rebaixadas com pavê tátil, identificação de áreas de risco nas zonas contíguas a unidades escolares, entre outras iniciativas de promoção de segurança.” -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten signatures in blue ink, including a stylized 'A', a circled 'M', and 'DP'.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**.-----  
-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou todos os presentes que se não se registou nenhuma inscrição. -----  
-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----  
-----

**PONTO 1 – - Proposta de Aprovação da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa de 2026 (Grelha – C);**-----  
-----

Presente para deliberação, a Proposta de Aprovação da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa de 2026, de acordo com a informação nº RCMO/2026/11, de 09-01-2026 remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovado na 01.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 14 de janeiro de 2026, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----  
-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do ponto. -----  
-----

Não se registaram intervenções. -----  
-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os **votos a favor das bancadas do PS, do PPD/PSD, do CDS/PP** e com os **votos contra das bancadas da CDU, do CH, do BE e da IL**. -----  
-----

O Membro da Assembleia Municipal **Luís Santos**, da bancada do **BE**, informou que enviará a declaração de voto por escrito, que será transcrita em ata. -----  
-----

**Luís Santos** -----  
-----

*“A alteração orçamental que aqui nos é proposta incorpora uma fatia significativa do saldo de gerência, num valor que corresponde a mais de 10% do orçamento inicial aprovado há pouco mais de um mês.*



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten blue initials and marks on the right margin.

*Este género de operações são frequentes, do mesmo modo que não alteram o sentido político do documento inicial, desperdiçando a oportunidade para corrigir erros que apontámos e melhorar a resposta aos problemas concretos das pessoas de Odivelas. -----*

*Esta alteração orçamental modificativa enquadra também a decisão judicial sobre o processo de instalação do município, no qual a autarquia defendia um ressarcimento de mais de 18 milhões de euros relativos a custos da sua criação e instalação. A decisão desfavorável ao município com carácter definitivo obriga a que essa verba seja retirada das contas anuais da autarquia, o que certamente obrigou a alguma engenharia financeira, mas trará mais realismo às contas doravante. -----*

*Assim sendo, em coerência com a votação do orçamento para 2026, a bancada do Bloco de Esquerda votou contra a alteração orçamental modificativa proposta pelo executivo municipal.”-----*

-----  
Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Rui Francisco** e **Cristina Figueiredo**, das bancadas da **CDU** e do **CH**, respetivamente, foram apresentadas declarações de voto que serão transcritas em ata. -----

**Rui Francisco** – -----

-----  
*“Reafirmar o nosso sentido de voto aquando da aprovação do Orçamento e, portanto, de forma coerente, iremos manter o sentido de voto, uma vez que esta alteração não transfigura a génese nem os princípios do Orçamento, mantendo-se, assim, a nossa posição.” -----*

**Cristina Figueiredo** - -----

-----  
*“O CHEGA mantém, de forma coerente e responsável, a posição já assumida aquando da apreciação e votação do Orçamento Municipal para 2026, uma vez que esta alteração orçamental não introduz mudanças substanciais nem corrige os problemas estruturais então identificados. Os pressupostos de base permanecem inalterados e continuam a revelar fragilidades ao nível do planeamento, da definição de prioridades e da execução orçamental mantendo-se a ausência de uma visão estratégica para o concelho de Odivelas. -----*

*Esta proposta limita-se, essencialmente, a ajustamentos de natureza técnica e formal, sem impacto real na vida dos munícipes, nas necessidades do concelho nem na melhoria da gestão dos recursos públicos. Não se vislumbra, por isso, qualquer razão objetiva que justifique uma alteração do sentido de voto do Chega. -----*

*Porque quando um orçamento nasce de pernas para o ar, não existe alteração que o salve. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials in blue ink)*

*Assim, e por uma questão de coerência política e de defesa do interesse dos munícipes, o Chega vota contra a proposta de aprovação da primeira alteração orçamental modificativa para 2026.” -----*

**PONTO 2 – Proposta de Retificação do Ponto 4 da Autorização Prévia Genérica Concedida pela Assembleia Municipal à Câmara Municipal de Odivelas para a Assunção de Compromissos Plurianuais no Mandato 2025/2029 (Grelha – C); -----**

Presente para deliberação, a Proposta de Retificação do Ponto 4 da Autorização Prévia Genérica Concedida pela Assembleia Municipal à Câmara Municipal de Odivelas para a Assunção de Compromissos Plurianuais no Mandato 2025/2029, de acordo com a informação nº RCMO/2026/7, de 06-01-2026 remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovado na 01.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 14 de janeiro de 2026, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do ponto. -----

Não se registaram intervenções. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou o documento à votação tendo sido Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS e do PPD/PSD, com os votos contra das bancadas do CH, do BE, do CDS/PP e da IL e com a abstenção da bancada da CDU.** -----

O Membro da Assembleia Municipal **Luís Santos**, da bancada do **BE**, informou que enviará a declaração de voto por escrito, que será transcrita em ata. -----

**Luís Santos** -----

*“A correção da autorização genérica de despesa que nos foi proposta não corrige em nada as objeções de princípio que colocámos há pouco mais de um mês aquando da votação do documento inicial. Trata-se de uma pequena correção que não altera montantes e nem sequer arrepia caminho na lógica de centralização das decisões no Presidente da Câmara Municipal. -----*

*Esta bancada leva muito a sério o mandato que lhe foi confiado e nunca aceitará reduzir o seu papel a uma espécie de delegadora de responsabilidades no executivo. A lei determina que a Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador da atividade do executivo municipal, com total respeito pelas respetivas*



Assembleia Municipal de Odivelas

*legitimidades eleitorais e legais. Neste contexto, nunca abdicaremos de desempenhar a função para a qual fomos eleitos.* -----

*Em coerência com a votação inicial e face ao exposto, a bancada do Bloco de Esquerda votou contra o ponto 2.* -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Alexandre Lima e Mauro Bengala**, das bancadas do **CH** e do **CDS/PP**, respetivamente, foram apresentadas declarações de voto que serão transcritas em ata. --

**Alexandre Lima** - -----

*"A Bancada da Assembleia Municipal do CHEGA vota desfavoravelmente a presente proposta de autorização prévia genérica, fundamentando a sua decisão nos seguintes pontos: -----*

*1. Padrão de Gestão Ineficaz: Este voto não é um ato isolado, mas uma resposta direta à forma como este Executivo tem gerido os dinheiros públicos. Assistimos em Odivelas a uma política de "obras de remendo", sem visão estratégica, onde a prioridade é a aparência em detrimento da durabilidade. Exemplos de estradas, passeios e jardins que se degradam semanas após a intervenção são a prova de um padrão de governação que falha sistematicamente com o município. -----*

*2. Incapacidade na Resolução de Problemas Estruturais: É inadmissível que o problema crónico das cheias continue a ser tratado com soluções improvisadas "pedras e cimento" em vez de um verdadeiro ordenamento do território e de uma gestão integrada do ciclo das águas, desde Caneças à Póvoa. A falta de vontade política para implementar soluções sérias de retenção de águas perpetua a insegurança e o prejuízo das populações. -----*

*3. Défice de Transparência e Controlo Democrático: A autorização prévia genérica em discussão pretende entregar à Câmara Municipal um poder alargado para assumir compromissos financeiros plurianuais sem o devido controlo caso a caso por esta Assembleia Municipal. No entender do CHEGA, dar "um cheque em branco" a um Executivo que não demonstra capacidade de planeamento é colocar em risco o interesse público e os dinheiros dos contribuintes. -----*

*4. Exigência de Responsabilidade: Votar contra esta autorização é, acima de tudo, um ato de responsabilidade e de defesa do papel fiscalizador da Assembleia Municipal. Não aceitamos a concentração de decisões num Executivo que privilegia a "obra para mostrar" em vez da solução real para os problemas estruturais do Concelho. -----*

*Pelo respeito pelo dinheiro dos cidadãos e pela segurança dos Odivelenses, o voto do CHEGA é, convictamente, CONTRA." -----*

**Mauro Bengala** - -----



Assembleia Municipal de Odivelas

-----  
"Senhor Presidente, trata-se de um ponto em que a bancada do CDS, sempre que falamos em autorizações genéricas alargadas, fica um pouco apreensiva, pois não são específicas e transmitem a ideia de que poderá não existir um maior nível de fiscalização ou escrutínio relativamente à utilização dos dinheiros municipais.-----

Pelo que, tendo em conta aquilo que foi referido, o nosso sentido de voto não poderá ser outro senão contra."-----

**PONTO 3 – Designação de quatro cidadãos(ãs) eleitores(as) para intervir na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odivelas (Grelha – B);-----**

-----  
Presente para deliberação, "Designação de quatro cidadãos(ãs) eleitores(as) para intervir na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odivelas", de acordo com a proposta de deliberação nº 01/AM/2026, de 15 de janeiro de 2026, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião.-----

-----  
**Rui Francisco**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção a propósito da designação da Comissão da CPCJ referindo que o acompanhamento tem de ser realizado pela comissão especializada. Questionou a CMO sobre o estado do funcionamento daquele órgão, atendendo a informações relativas à destituição da comissão alargada por parte da Comissão Nacional, considerando oportuno um ponto de situação quando a Assembleia procede à designação de novos representantes.-----

-----  
**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** a cedência da palavra à **Sra. Vereadora Susana Santos** para esclarecimentos adicionais.-----

-----  
"Senhor Presidente, relativamente à pergunta da bancada da CDU, houve, de facto, a necessidade de um consenso com todas as instituições representadas, uma vez que esta é uma Comissão Interinstitucional. Assim, houve um consenso promovido pela Comissão Nacional de fazer um refresh e um começar de novo na CPCJ. Neste momento, faltam apenas estes quatro cidadãos e cidadãs serem eleitos pela Assembleia Municipal para compor a Comissão Alargada.-----

Existirá agora, a muito breve trecho, a eleição de um ou uma nova presidente e esperamos que haja normalidade. Quero dar nota de que há um grande aumento processual e que recebemos recentemente, entre o final da semana passada e o início desta, uma comunicação da Comissão Nacional a informar que a CPCJ terá direito a mais três apoios técnicos. Teremos, entretanto, de



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures in blue ink)*

*proceder ao recrutamento, seja através da Câmara Municipal ou de outra instituição do concelho que possa fazer parte (não tem de ser o Município diretamente) mas temos de promover rapidamente a entrada desses três técnicos, porque temos realmente um grande aumento de processos e precisamos de um bom funcionamento. -----*

*Neste momento, necessitamos de estabilidade no apoio por parte do Ministério da Saúde, onde não vamos tendo representante. Da parte do Ministério da Educação, já houve um reforço e, portanto, esperamos que daqui para a frente tenhamos muito mais estabilidade para um serviço que é tão importante. O desejável é que a instituição não seja notícia, pois quando o é, acontece pelas piores razões. O que queremos é que as coisas funcionem e é para isso que trabalhamos. Muito obrigada. --*

Tendo se registado a ausência do membro **Fernanda Fitas** da bancada do **PPDS/PSD**. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foram apresentados os elementos indicados: -----

Proposta A:-----

– Paulo Salgueiro-----

– Teresa Leonardo-----

– Marta Pinto-----

– Esmeralda Valério-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos membros da Assembleia Municipal, não se registando nenhuma intervenção, ao que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato à votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido a seguinte votação quanto à Proposta A:---

Votos a Favor – 32-----

Voto Nulo – 1-----

Votos em Branco – 3-----

**PONTO 4 – Proposta de Aprovação do Projeto Definitivo do Regulamento Geral de Atribuição e Utilização de Habitações, em Regime de Arrendamento Apoiado, do Município de Odivelas (Grelha – C);** -----

Presente para deliberação, Proposta de Aprovação do Projeto Definitivo do Regulamento Geral de Atribuição e Utilização de Habitações, em Regime de Arrendamento Apoiado, do Município de



Assembleia Municipal de Odivelas

Odivelas, de acordo com a informação nº Interno/2026/40, de 05-01-2026 remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovado na 01.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 14 de janeiro de 2026, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do ponto. -----

**Ricardo Reis**, pela bancada do **CH**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os **votos a favor das bancadas do PS, do PPD/PSD, da CDU, do BE, do CDS/PP** e com os **votos contra das bancadas da IL e do CH**. -----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Ricardo Reis** da bancada do **CH**, foi apresentada declaração de voto que será transcrita em ata. -----

*“Obrigado, Senhor Presidente, de forma muito breve, apenas justificar o porquê de votarmos contra este ponto e prende-se não com a questão da habitação em si que é referida até porque concordamos ainda que achamos que deve ser de caráter transitório, deve servir para que as pessoas sejam amparadas no momento de dificuldade e não deve ser uma coisa permanente e temos de facto, discordamos aqui com a questão dos dez anos do arrendamento inicial, ainda que eu saiba que seja uma questão de lei, mas dado que nós discordamos da própria lei que no fundo da base do que do que acaba por depois, por resultado da própria Câmara Municipal, o nosso voto é no sentido de coerência com aquela que temos de opinião para com a lei.” -----*

**PONTO 5 – Proposta de Cessação da Qualidade de Associado, do Município de Odivelas, relativamente à Associação Portuguesa de Habitação Municipal, à União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa e à CD-ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (Grelha – C); -----**

Presente para deliberação, Proposta de Cessação da Qualidade de Associado, do Município de Odivelas, relativamente à Associação Portuguesa de Habitação Municipal, à União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa e à CD-ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o



Assembleia Municipal de Odivelas

Desenvolvimento, de acordo com a informação nº RCMO/2025/397, de 12-12-2025 remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovado na 03.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 17 de dezembro do Quadriénio 2025-2029, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----  
-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do ponto. -----  
-----

**Luís Santos**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto. -----  
-----

**Rui Francisco**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto. -----  
-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para os esclarecimentos tidos por convenientes. -----  
-----

*“Quero deixar muito claro que não foi, com certeza, pela quota anual de mil e cem euros à Associação Portuguesa de Habitação Municipal, são menos de cem euros por mês, nem os mil e quinhentos à UCCLA, por exemplo, que deixámos de ser associados. Quero deixar isto muito claro. Ainda agora a senhora Vereadora me disse que todo o apoio que tivemos ao nível da habitação tem sido a Área Metropolitana de Lisboa, que tem sido o grande o suporte, o grande apoio, tem sido o grande motor. Não houve tal apoio por parte da Associação Portuguesa de Habitação Municipal. ----- Respondendo ao senhor Eleito Luís Santos de uma maneira diplomática, não posso detalhar aquilo que não existiu, penso que percebeu o que eu quis dizer. Estamos a falar de uma quota anual de mil e cem euros e outra de mil e quinhentos euros. Houve ainda a questão relativa ao vinho, numa primeira avaliação a senhora Vereadora solicitou a monitorização ao benefício para verificar se se justificava mantermo-nos ou não na associação e daí a retirada da mesma. ----- Penso que esta é razão suficiente para aquilo que estamos aqui a apresentar, com justeza e racionalidade. ----- Muito obrigado.”-----  
-----  
-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou o documento à votação tendo sido Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, do PPD/PSD, do CDS/PP, do CH e com a abstenção das bancadas do BE, da CDU e da IL.**-----

-----  
Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Luís Santos e Rui Francisco**, das bancadas do **BE** e da **CDU** respetivamente, foram apresentadas declarações de voto que serão transcritas em ata.-----

**Luís Santos** -----

-----  
*“Esta intervenção vai servir de declaração de voto, mas também trará aqui algumas questões. Senhor Presidente, acabou de explicar as razões pelas quais as razões essencialmente de racionalidade económica, mas, de facto, nós olhando para a documentação, ficamos com pouco sumo para a fundamentação da desvinculação destas associações, até porque, por lapso, também aparece referida a questão da Associação do Vinho e, de facto, a fundamentação poderia ser a mesma, o pode ser para integrar qualquer associação para não integrar e, portanto, aquilo que nós gostávamos de perceber o Executivo Municipal era algum balanço mais fino do que é que foi a presença neste tipo de associações. Olhamos, por exemplo, temos o caso da habitação municipal, diz-se que não dá os contributos técnicos que hoje são necessários, porque o até porque valorizando os trabalhadores do Município, porque já existe esses recursos no próprio município noutra tipo de instituições. A dúvida que existiu quando este documento foi, então e tentou alterar se alguma coisa dentro da própria associação, enquanto membros da associação, para que a associação pudesse trabalhar melhor, porque é uma questão tão premente, a questão da habitação, isto só para dar um exemplo e claramente sentimos que nos falta aqui alguma substância, porque vemos sempre a adesão este as associações com um anunciada com algum entusiasmo e com alguma pompa, mas vamos aqui uma desvinculação e não há nenhum balanço crítico a não ser alguma racionalidade ao nível de presença e associações, mas essa racionalidade existir aquando do momento da adesão e não é o momento qualquer posterior, isso é que era o tempo e, portanto, agora era importante termos mais alguns esclarecimentos acerca de uma fundamentação mais forte daquilo que são as razões que balanço é que é feito, que é que aconteceu nestes nos durante os anos em que o município que pertenceu a estas três associações, o que o leva a que se chegue a este ponto? Não muito agora acordámos, fomos ver contarmos o número de associações, afinal, queremos estar em menos e, portanto, desvinculamo-nos destas, parece-nos, no mínimo, curto e isso será razão pela nossa abstenção. Muito obrigado.”*-----

**Rui Francisco** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

-----  
"Porque nós fomos um dos que colocaram previamente a necessidade de podermos votar separado a cessação destas associações e agora aqui dizer que, depois de análise, nós não nos opomos a que ela seja feita, a deliberação seja feita em conjunto. A nossa intervenção é muito na linha daquilo que já foi aqui referido pela bancada do BE. A nossa abstenção tem dois significados. Em primeiro lugar, nós não partimos, obviamente, do princípio que houve uma orientação da Câmara no sentido de vejam lá onde é que nós queremos, com que associações que nós nos podemos vincular, portanto não houve naturalmente essa orientação, queremos acreditar com uma avaliação técnica, porque parte do Município relativamente aos resultados da nossa participação nessa associação que, refira-se, podia vir mais sustentada no ponto e, portanto, nós queremos partir do princípio que essa avaliação foi feita e que da cessação desta relação não há perdas para a atividade da Câmara e para a prossecução dos seus fins. Por outro lado, num plano em que nós sem termos essa avaliação mais fina, estaríamos a acreditar uma solução que com a qual objetivamente nós não podemos concordar e integralmente e daí a nossa abstenção. -----

Creio que no futuro um assim como nós aprovamos aqui a participação da qualidade de associado Município nestas associações e nessa altura, foi muito bem argumentado os motivos que nos levam a essa adesão futuro, se vier alguma outra proposta de cessação, ela venha do ponto de vista da sua da sua argumentação, mais foi mais forte, mais fundamentada. Disse Senhor Presidente. "-----

-----  
**PONTO 6 – Proposta de Aprovação do Relatório de Ponderação de Participação Pública e das Normas Provisórias do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Odivelas (Grelha – C);** -----

-----  
Presente para deliberação, Proposta de Aprovação do Relatório de Ponderação de Participação Pública e das Normas Provisórias do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Odivelas, de acordo com a informação nº DGOU/2025/6899, de 04-12-2025 remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovado na 03.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 17 de dezembro do Quadriénio 2025-2029, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----

-----  
Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do ponto. -----

-----  
**João Carvalho**, pela bancada do **PPD/PSD**, proferiu uma intervenção na qual apresentou uma sugestão relativamente à divulgação do relatório de ponderação, referindo que a autarquia poderia



Assembleia Municipal de Odivelas

reforçar os meios de divulgação dos períodos de participação pública, defendendo que anúncios com maior destaque e dimensão poderiam contribuir para uma participação mais ativa dos munícipes. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

*“Só quero dizer que houve uma divulgação bastante ampla e abrangente no nosso site em diversos momentos, e que fizemos, como pode ser comprovado, também essa evidência e esse convite e desafio à participação.”* -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou o documento à votação tendo sido Aprovado por Unanimidade.** -----

Não se registaram declarações de voto. -----

**PONTO 7 – Proposta de Aprovação de Projeto Definitivo do Regulamento de Funcionamento e Gestão da Reserva Arqueológica do Município de Odivelas (Grelha – C);** -----

Presente para deliberação, Proposta de Aprovação de Projeto Definitivo do Regulamento de Funcionamento e Gestão da Reserva Arqueológica do Município de Odivelas, de acordo com a informação nº RCMO/2025/383, de 03-12-2025 remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovado na 03.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 17 de dezembro do Quadriénio 2025-2029, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. - -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do ponto. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou o documento à votação tendo sido Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, do PPD/PSD, da CDU, do BE, do CH e do CDS/PP e com a abstenção da bancada da IL.** -----

Não se registaram declarações de voto. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**PONTO 8 - Proposta de Aprovação do Projeto Definitivo do Regulamento de Utilização e Funcionamento do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas (Grelha – C);-----**

-----  
Presente para deliberação, Proposta de Aprovação do Projeto Definitivo do Regulamento de Utilização e Funcionamento do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas, de acordo com a informação nº RCMO/2025/382, de 03-12-2025 remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovado na 03.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 17 de dezembro do Quadriénio 2025-2029, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. - -----

-----  
Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do ponto. -----

-----  
O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os **votos a favor das bancadas do PS, do PPD/PSD, da CDU, do BE, do CH e do CDS/PP** e com a **abstenção da bancada da IL**.-----

-----  
Não se registaram declarações de voto.-----

**PONTO 9 – Aprovação da Ata da Assembleia Municipal, N.º 02 (01.ª Sessão Extraordinária) do Quadriénio 2025-2029 (Grelha – B).-----**

-----  
O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra para apresentação do ponto. -----

-----  
Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi informado que os membros presentes na sessão de hoje, que não estiveram presentes na sessão cuja ata se coloca a deliberação, não participarão da votação. -----

-----  
Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, foi colocado a votação a **Ata N.º 02 do Quadriénio 2025-2029** tendo sido **Aprovada por Maioria** com os **votos a favor das bancadas do PS, da CDU, do BE, PPD/PSD** e com a **abstenção da bancada do CH**. -----

-----  
Registaram-se um total de 21 votos a favor e 7 abstenções. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

-----  
-----  
**Carina Castanheira**, pela bancada do **PS**, fez um ponto de ordem à Mesa para propor a dispensa da leitura da minuta da ata. -----

-----  
-----  
Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à votação a dispensa da leitura da minuta da ata, tendo sido aprovado por Unanimidade. -----

-----  
-----  
Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 20h15m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual foi aprovada e assinada pelo 1.º Secretário, pela 2.ª Secretária e pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**. -----

-----  
-----  
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal: -----

-----  
-----  
O 1.º Secretário: -----

-----  
-----  
A 2.ª Secretária: -----